



As intervenções políticoeducativas no ensino de línguas: o caso do espanhol em Goiás

Sara Guiliana Gonzales Belaonia (UFG)
Carla Janaina Figueredo (UFG)

Situarmos historicamente a inserção do ensino de língua espanhola no currículo do ensino básico no Brasil nos permite perceber que, ao longo da história do ensino dessa língua, a relação entre as diretrizes educacionais (leis e intervenções políticas) concernentes ao ensino do espanhol e a sua aplicação no contexto escolar se dá de forma conflituosa, visto que há inúmeras lacunas dialógicas, seja entre as diversas instâncias governamentais encarregadas do ensino, seja entre tais instâncias governamentais e o professor encarregado dessa disciplina escolar. No Estado de Goiás, mantendo o diálogo com a Lei nº 11.161, a língua espanhola figura na grade curricular estadual em caráter de oferta obrigatória e matrícula facultativa, destinandose a essa língua uma aula semanal. Não obstante a manutenção desse diálogo, essa lei se constitui conflituosa perante os interesses educacionais da sociedade goiana, uma vez que em algumas escolas significou um retrocesso para o ensino dessa língua, já que teve a sua carga horária diminuída e em outras permaneceu com duas horas semanais. Assim sendo, não trouxe equidade quanto à carga horária destinada na grade curricular das escolas públicas e, conseqüentemente, ao ter sua carga horária diminuída, perdeu qualidade quanto ao seu ensino. De tal modo, o objetivo desta exposição é dissertar sobre as intervenções políticoeducativas no ensino de línguas no Estado de Goiás. Para isso, tomaremos como referência Savedra e Lagares (2012), Lagares (2013) e Rajagopalan (2014).

